



**Comentários às Questões de Direito Constitucional do Concurso Público
para Escrevente Técnico Judiciário do TJSP – VUNESP – 07/12/2014**

01. Nos termos da Constituição Federal, os tratados e convenções internacionais

(A) serão equivalentes às emendas constitucionais se versarem sobre direitos humanos e forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

(B) serão equivalentes às emendas constitucionais se versarem sobre direitos humanos ou não, e forem aprovados, pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, pela maioria absoluta dos seus membros.

(C) terão hierarquia infraconstitucional supralegal se versarem sobre direitos humanos ou não, e forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.

(D) terão hierarquia infraconstitucional supralegal se versarem sobre direitos humanos e forem aprovados, pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

(E) terão hierarquia infraconstitucional ordinária se versarem sobre direitos humanos e forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.

Gabarito: “A”. Trata-se da previsão contida na **Constituição Federal de 1988, artigo 5º, parágrafo terceiro**, com a redação dada pela **Emenda Constitucional nº. 45/2004**: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”. **Atenção!** Trata-se de norma



constitucional **estatisticamente muito abordada** em provas de concursos públicos e Exames de Ordem.

02. Levando-se em conta o que dispõe a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

(A) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, salvo censura ou licença.

Errada. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso IX**: “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, **independentemente** de censura ou licença”.

(B) É plena a liberdade de associação, inclusive a de caráter paramilitar, desde que para fins lícitos.

Errada. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XVII**: “é plena a liberdade de associação para fins lícitos, **vedada** a de caráter paramilitar”.

(C) As associações poderão ter suas atividades suspensas por decisão judicial, ainda que não transitada em julgado.

Correta. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XIX**, a necessidade de decisão judicial transitada em julgado é para a dissolução compulsória: “as associações só poderão ser **compulsoriamente dissolvidas** ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, **exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado**”.

(D) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sendo vedado à lei condicioná-lo a qualificações profissionais.

Errada. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XIII**: “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, **atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer**”. Trata-se de norma constitucional de **eficácia contida**, ou seja, autoaplicável desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, porém, admitindo restrição infraconstitucional,



isto é, por meio de lei. Exemplo: **Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, art. 8º, inciso IV**, o qual prevê a necessidade de aprovação no Exame de Ordem para o exercício da advocacia.

(E) É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual civil ou penal.

Errada. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XII**: “é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer **para fins de investigação criminal ou instrução processual penal**”.

Gabarito: “C”.

03. Nos termos da Constituição Federal, é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

(A) ao sindicato, cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões administrativas.

Errada. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 8º, inciso III**: “ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”.

(B) a autorização do Estado para a fundação de sindicato será dada nos termos legais, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

Errada. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 8º, inciso I**: “a lei **não** poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”.



(C) é facultada a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

Errada. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 8º, inciso VI**: “é **obrigatória** a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho”.

(D) é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

Correta. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 8º, inciso II**: “é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município”.

(E) é obrigatória a participação dos sindicatos em processos disciplinares, na defesa de interesses coletivos ou individuais da categoria.

Errada.

Gabarito: “D”.

04. Paulo já era titular de cargo efetivo de professor na rede estadual de ensino quando foi aprovado em concurso público, para outro cargo de professor, em uma autarquia federal. Tendo em vista o que estabelece a Constituição Federal acerca da vedação de acumulação remunerada de cargos públicos, Paulo

(A) pode acumular os dois cargos de professor, desde que observe jornada de trabalho não superior a quatro horas diárias em cada órgão público a que estará vinculado.

(B) não pode acumular os dois cargos de professor.



(C) pode acumular os dois cargos de professor, desde que haja expressa concordância dos órgãos públicos envolvidos aos quais estará vinculado.

(D) pode acumular os dois cargos de professor, independentemente de haver compatibilidade de horários, uma vez que a proibição de acumular não se estende a autarquias.

(E) pode acumular os dois cargos de professor, desde que haja compatibilidade de horários.

Gabarito: “E”. Nos termos da Constituição Federal de 1988, artigo 37, incisos XVI e XVII:

“XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;”

“XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;”

05. A Constituição Federal assegura aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios o direito de serem aposentados

(A) voluntariamente, observadas as condições de idade e o tempo de contribuição, e desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo



exercício no serviço público e três anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

Errada. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 40, parágrafo primeiro, inciso III:** “voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: [...]”.

(B) voluntariamente, observadas as condições de idade e o tempo de contribuição, e desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria.

Correta. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 40, parágrafo primeiro, inciso III:** “voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: [...]”.

(C) compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Errada. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 40, parágrafo primeiro, inciso II:** “compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição”. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

(D) por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, se decorrente de acidente em serviço.

Errada. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 40, parágrafo primeiro, inciso I:** “por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei”. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)



(E) compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos integrais.

Errada. Nos termos da **Constituição Federal de 1988, artigo 40, parágrafo primeiro, inciso II**: “compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição”. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

Gabarito: “B”.